

# “INFORMAÇÕES ESCAPAM”, ADMITE PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Almir Teixeira  
Jornalista

*O pró-reitor de Cultura e Extensão Universitária, professor Adilson Avansi, explica que o “controle de mérito” dos cursos de extensão existentes hoje na USP restringe-se às unidades que os realizam ou autorizam.*

*“O curso é simplesmente informado ao Conselho de Cultura e Extensão (CoCEX), que não tem ainda uma câmara que analisa todos os cursos propostos, em mérito e em modalidade de eventuais taxas de inscrição e pagamento. A legislação atual não prevê isso”.*

*Portanto, admite o Pró-Reitor, “há uma quantidade enorme de informações escapando ao nosso registro”*

**Revista Adusp-** É possível dizer quantos são os cursos pagos aprovados pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária?

**Adilson Avansi-** Quando passa um projeto pela Pró-Reitoria, essa informação vem. Mas os nossos cursos, de modo geral, não têm essa informação detalhada. Às vezes vem a informação de uma taxa que vai ser cobrada, mas não é detalhada. Às vezes vem a informação da importância. E a grande maioria deles têm taxas realmente modestas. Muitos não têm taxa de inscrição nenhuma, porque a gente trabalha com quatro categorias de cursos. O de atualização às vezes é curso de poucas horas. O que existe são os cursos de atualização com mais de 300 horas. Esses geralmente têm uma taxa e às vezes uma pequena mensalidade. Agora, essa informação não vem detalhada.

**Revista Adusp-** Mas dá para saber-se quais e quantos são, pelo menos?

**Adilson Avansi-** Dá para saber, mas a gente tem de fazer um levantamento, porque é o tipo de dado que não temos pronto. Quando se apresentam no Conselho de Cultura e Extensão, nós temos os processos. Mas como o CoCEX não entra no mérito, por ser aprovado no mérito da unidade, então esse controle é mais da unidade. O curso de cultura e extensão é simplesmente informado ao CoCEX, que

não tem ainda uma câmara que analisa todos os cursos propostos, em mérito e em modalidade, vamos dizer, de eventuais taxas de inscrição e pagamento. Não temos porque a legislação atual não prevê isso. Ela prevê que isso seja de responsabilidade da Comissão de Cultura e Extensão da unidade, e a informação vem para o CoCEX simplesmente para ciência e não para análise.

*“Muitas vezes os cursos dados pelas unidades são de outras instituições. Às vezes são das fundações. E não temos nenhuma informação sobre eles”*

**Revista Adusp-** Existem cursos que “saltam” as comissões das unidades e vêm diretamente para a Pró-Reitoria?

**Adilson Avansi-** Não. Os que vêm para nós passam todos pelas comissões.

**Revista Adusp-** Os cursos criados pelos núcleos de cultura e extensão, por exemplo, não ficariam todos sob a alçada direta da Pró-Reitoria?

**Adilson Avansi-** Não. Ficam ligados a uma comissão de cultura

e extensão de uma unidade afim. Você encontra, por exemplo, na Maria Antônia, um convênio com a Escola de Governo. Ela ministra cursos, mas o convênio prevê que esses cursos devem ser analisados no mérito numa unidade de ensino da USP. No caso, a unidade de ensino parceira é a Faculdade de Educação. Então os projetos aprovados para serem ministrados na Maria Antônia passam pela Comissão de Cultura e Extensão da FE. E nos casos dos núcleos, acontece da mesma forma. Por exemplo, os núcleos ligados à Faculdade de Saúde Pública passam pela Comissão de Cultura e Extensão da Saúde Pública. Mas pode acontecer também de um núcleo encaminhar cursos de especialização que vão diretamente para a Pró-Reitoria de Pós-Graduação. Por exemplo, eles têm um mestrado, acho que é *lato sensu*, mas não sei exatamente como ele está qualificado, na área ambiental e jurídica. É um curso feito pelo pessoal da FSP em conjunto com a Faculdade de Direito e foi proposto a partir da relação com um dos núcleos da Saúde Pública. Esse curso não passou pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão porque ele é um mestrado *lato sensu*, então foi aprovado na Pró-Reitoria de Pós-Graduação.

**Revista Adusp-** Não há casos de cursos *lato sensu* que acabam passando por Comissões de Cultura e Extensão?

**Adilson Avansi-** Mestrado,

não. Sempre que se denomina mestrado, o curso passa pela Pós-Graduação.

**Revista Adusp-** Sobre a quantidade de cursos pagos, a Pró-Reitoria poderá então fazer um levantamento?

**Adilson Avansi-** Eu vou pedir para providenciarem. Mas este não vai ser um levantamento simples porque é o tipo do levantamento que não

está em banco de dados. Como a informação vem nos processos das unidades, então o levantamento terá de ser feito nos processos.

**Revista Adusp-** Vocês têm o número geral de alunos que passaram pelos cursos?

**Adilson Avansi-** Bom, de números gerais, a gente tem tudo o que está no Anuário Estatístico. No anuário há uma página cujo título é "Cursos de Extensão". Lá você tem quatro colunas com as quatro modalidades de cursos de extensão e depois tem uma coluna com outros cursos que nós nem sabemos do que se trata. Isso é coisa das unidades e nós não temos controle.

**Revista Adusp-** É do Anuário o número de 90 mil alunos dos cursos de extensão?

**Adilson Avansi-** Isso. Tem o número de alunos de graduação, de pós e de extensão.



**Revista Adusp-** E o Anuário é feito com base em que dados?

**Adilson Avansi-** Das unidades. Por isso estou lhe dizendo que, no caso dos processos que passam pelo CoCEX, o controle é muito mais efetivo nas unidades do que aqui, porque a Pró-Reitoria não é a instância que faz a avaliação do mérito, ela apenas se informa dos cursos.

**Revista Adusp-** A Pró-Reitoria nunca achou necessário fazer ela mesma um levantamento mais preciso dos cursos?

**Adilson Avansi-** Ela está insistindo há muito tempo para que se crie um sistema como o Júpiter, o Fênix etc, mas até hoje eles não desenvolveram. É uma necessidade que está crescendo e há uma quantidade enorme de informações escapando ao nosso registro. Muitas vezes os cursos são dados pelas unidades mas, às vezes, são até de iniciativa de outras institui-

ções ligadas à USP. Às vezes são até cursos das fundações. E nós não temos nenhuma informação sobre eles.

**Revista Adusp-** Mas há cursos de fundações que passam pelas comissões...

**Adilson Avansi-** Alguns passam. Por exemplo, da Escola Politécnica. Tem muitos cursos ministrados pelas fundações que passam pela comissão. Mas aí é a comissão da unidade que tem o controle, vamos dizer, do mérito do curso. O CoCEX não se pronuncia.

**Revista Adusp-** Mas isso causa uma ausência de transparência, não?

**Adilson Avansi-** Isso faz parte de um problema que nós estamos tentando superar com a reformulação da legislação. Estamos com um regimento aprovado no conselho, já aprovado na CLR e que deve entrar na próxima reu-

nião do Conselho Universitário. Então, aprovado esse regimento, aí o CoCEX vai definir seis outras resoluções regulamentando as atividades. Aí é que vamos tentar montar um sistema de controle, não só para credenciar, mas também para avaliar, pois isso não existe hoje.

**Revista Adusp-** Como seria este controle?

**Adilson Avansi-** Temos seis textos preliminares prontos. Então o CoCEX tem, no momento, duas câmaras, que já melhoraram muito com relação ao passado. Temos uma de cursos e uma de ação cultural. Então, pela nova legislação, todos os cursos deveriam passar pela câmara de cursos. Ela deve definir parâmetros e passar a se manifestar quanto a todas as propostas de cursos.

**Revista Adusp-** Que cursos exatamente passariam pela câmara?

**Adilson Avansi-** Todos os que fossem patrocinados pela USP. Ou seja, todos aqueles que levarem o nome USP.

**Revista Adusp-** E aquela briga para saber o que cabe à Pós-Graduação e o que cabe à Cultura e Extensão, como fica?

**Adilson Avansi-** Fizemos até uma reunião conjunta dos dois conselhos para discutir isso. Na verdade, não temos briga nenhuma. O que temos de decidir é onde está o corte entre pós-gra-

duação e extensão. Três das modalidades de cursos de extensão — atualização, aperfeiçoamento e especialização — exigem a graduação. Neste sentido, todas elas são cursos de pós-graduação. Mas não da mesma natureza daqueles de tipo acadêmico, que são o mestrado e o doutorado, e sim no sentido de especialização profissional, de desenvolvimento de uma habilidade, de uma técnica. É isso que vamos ter que conceituar.

*“O conceito de extensão não está vinculado à formação acadêmica (mestrado e doutorado), mas à especialização profissional, atualização”*

**Revista Adusp-** Na sua opinião, que cursos devem ficar com a Pós-Graduação?

**Adilson Avansi-** Para mim, o CoPGr tem de conceituar no conjunto o que é um curso de pós-graduação. Eles têm de definir o conceito. Porque o conceito de cursos de extensão não está vinculado à formação acadêmica. Então os cursos de extensão não têm como objetivo conduzir ao mestrado e ao doutorado de natu-

reza acadêmica. Os nossos cursos têm um sentido de atualização, de complementação, de especialização profissional. Essa é a maneira como a gente da Cultura e Extensão separa as coisas. Mas nós vamos ter de esperar para ver como eles decidem a separação.

**Revista Adusp-** Como ficam os mestrados profissionalizantes?

**Adilson Avansi-** Esta é uma questão que vai ter de ser resolvida de início pela Pós-Graduação, porque eles estão localizados lá.

Porque na época em que eles foram instalados, o sistema de pós-graduação estava baseado num parecer do Conselho Federal de Educação que exigia, para o reconhecimento, que eles fossem colocados no sistema de pós-graduação. E eles estão lá desde esta data. Na realidade, com a mudança da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, tudo isso foi alterado, então há possibilidade de uma nova conceituação. Por isso temos agora seis resoluções para serem decididas, entre elas uma ligada à conceituação de todos os cursos de extensão.

**Revista Adusp-** Então ficaria com a Pós-Graduação só o que é estritamente acadêmico?

**Adilson Avansi-** Na verdade são eles que têm de decidir. Estou dizendo o que a gente mais ou menos tem como parâmetro. Tudo o que não está ligado à formação acadê-

mica, que conduz ao mestrado e ao doutorado, ou seja, à carreira universitária, mas sim está ligado a uma profissionalização, é de pós-graduação no sentido de que é um conhecimento obtido depois da graduação, mas não é um conhecimento que desenvolve a busca de um saber ligado à originalidade.

**Revista Adusp-** Na sua opinião, todos os cursos desse tipo devem vir para a Cultura e Extensão?

**Adilson Avansi-** Esse tipo de curso caracterizaria a extensão.

**Revista Adusp-** Não poderiam ser denominados pós-graduação *lato sensu* de forma alguma?

**Adilson Avansi-** Não. São diferentes modalidades dos cursos de extensão.

**Revista Adusp-** Hoje o senhor acha então que existem cursos denominados *lato sensu* e que são na verdade cursos profissionalizantes?

**Adilson Avansi-** Eu teria de ter mais informação para responder. Teria de conhecer os programas. Eu conheço os que passam pela Cultura e Extensão e esses não são mestrados e doutorados *stricto sensu*. Mas os da Pós-Graduação eu realmente não conheço.

**Revista Adusp-** Sobre o volume financeiro movimentado pelos cursos pagos, vocês têm algum número geral?

**Adilson Avansi-** Não temos. Como eu disse, esse registro acaba

ficando na unidade. A gente tem a informação no processo, se existe taxa de inscrição e quanto é. Não entramos no mérito porque ele é competência da unidade. E a gestão financeira também é competência da unidade.

**Revista Adusp-** Agora, com a mudança do regimento, vocês passarão a ter controle da parte financeira?

**Adilson Avansi-** Sim. É para ter

*“Há fundações  
em que não  
se sabe direito  
como o recurso entra.  
Algumas quase  
se confundem  
já com as próprias  
unidades”*

um pouco mais de controle sobre tudo o que passa pela Pró-Reitoria. O que não quer dizer que esses cursos que estão lá venham para cá. Talvez continuem lá mesmo. Esses cursos de mestrado *lato sensu* e mestrado profissionalizante todos estão credenciados lá. E não sei como o CO vai conduzir esta questão. Nós só resolvemos o que está no nosso domínio.

**Revista Adusp-** Numa outra

entrevista, o senhor havia comentado o princípio da equivalência na criação dos cursos pagos. Ele faria com que, sempre que se criasse um curso pago, outro gratuito fosse criado para a mesma quantidade de alunos. Em que instância está esta discussão?

**Adilson Avansi-** Isso já é matéria vencida no próprio CoCEX. Ou seja, ele teve de se posicionar a respeito da possibilidade de a Universidade ministrar um curso de extensão solicitado por uma empresa. Então houve uma espécie de divergência, algumas pessoas achavam que nós não deveríamos ministrar nenhum curso pago. Também se colocam duas questões.

Primeiro: é legítimo que uma empresa privada venha solicitar um curso na universidade? Eu acho que é. É razoável que a gente dê um curso para uma empresa privada que, com esse conhecimento, vai adquirir ainda maior possibilidade de sucesso financeiro e esse curso ser de graça? Eu acho que não é razoável. Razoável é que a gente ministre o curso com um critério de que o recurso originado possa criar um curso paralelo a ele, aberto. Um pago e outro de graça.

**Revista Adusp-** Como é que se chegou nesta idéia?

**Adilson Avansi-** Não saberia lhe dizer, porque estou dando o resultado da discussão, e ela foi muito longa. O texto foi aprovado e mandado para todas as unidades. Todos



os presidentes de comissões têm este texto.

**Revista Adusp-** Que falta para este texto entrar em vigor?

**Adilson Avansi-** Estamos na etapa de aprovar o regimento. Depois de ser aprovado é que o CoCEX vai poder fazer as seis resoluções, que não contemplam só os cursos, mas a questão de assessoria, de consultoria etc.

**Revista Adusp-** Qual sua opinião sobre o papel das fundações na USP, uma vez que muitas delas respondem por diversos cursos pagos?

**Adilson Avansi-** Na Universidade temos muitas fundações. Eu não saberia nem fazer uma avaliação de cada uma delas isoladamente. A gente percebe que existem fundações muito positivas com relação ao que se desenvolve na Universidade. Uma delas é a Fusp, instituída pelo próprio CO. De tudo o que acontece na Fusp a gente tem controle. Sabemos quanto é que ela administra, onde aplica os recursos. Tudo que passa pela Fusp é absolutamente transparente. Então todas as fundações que tiverem um desempenho do tipo da Fusp, com transparência na aplicação dos recursos, são parceiros que a gente pode utilizar. O problema é que a gente sabe que há fundações que não têm esse tipo de transparência.

**Revista Adusp-** A gente poderia dizer até que a maioria delas não



tem, não é verdade?

**Adilson Avansi-** É possível, porque o número de fundações é muito grande.

**Revista Adusp-** Quais possuem esse tipo de transparência?

**Adilson Avansi-** A Fusp e a Fuvest, que são as instituições da própria Universidade. Nas outras, não temos. Elas não prestam relatórios públicos detalhados. Esta é a questão que tem que ser discutida. Algumas fundações têm prestado serviços muito importantes para a Universidade, sei também de algumas que têm causado muitos problemas. Há fundações em que não se sabe direito como o recurso entra, como é administrado, qual é a sua aplicação. É muito difícil a Universidade hoje viver sem as

fundações, porque elas já estão muito entranhadas. Em algumas unidades elas quase se confundem já com as próprias unidades. Então tem que se fazer um conjunto de regras claras e submeter todas estas fundações a esta prestação de contas públicas. A gente tem de saber o que se passa lá dentro, porque elas são fundações de apoio à universidade. Então, elas têm de cumprir esta função.

**Revista Adusp-** O Sr. não acha que seria necessário quase um “tratamento de choque” para cuidar do caso?

**Adilson Avansi-** Eu concordo com isso, mas vamos ter de fazer uma discussão que parta de uma capilaridade que venha das unidades. A coisa tem de ser construída progressivamente, porque, nos órgãos centrais da Reitoria, não temos toda a informação a respeito do que acontece em cada espaço. Então, a gente tem de ter uma discussão muito ampla, muito aberta, com toda a Universidade. Para chegar no CO uma discussão bem estruturada, com critérios muito bem estudados.

**Revista Adusp-** A idéia tem de partir da Reitoria?

**Adilson Avansi-** Isso já está partindo da Reitoria. O professor Melfi anunciou há alguns dias que ele estava constituindo uma comissão para tratar das fundações, o que incluiria uma discussão bastante ampla, pelo que eu entendi.